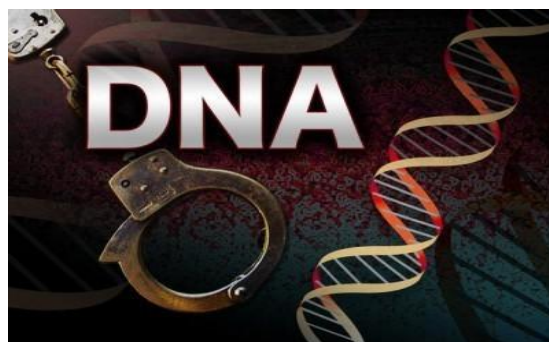


A nova base de dados de DNA brasileira: solução de crimes ou erosão de direitos humanos?



Helen Wallace, Diretora do GeneWatch UK - Artigo escrito com exclusividade para a poliTICs, onde a autora chama a atenção sobre a falta de debate público a respeito de um projeto que pode ter implicações diretas e imprevisíveis para a vida de qualquer um de nós, cidadãos e cidadãs brasileiras. A nova lei brasileira no 12.654 de 28 de maio de 2012 cria uma base de dados nacional de DNA com o objetivo de ajudar a polícia a solucionar crimes. Entretanto, as garantias incluídas na lei são inadequadas para prevenir o mau uso desta base de dados para fins de vigilância, não garantem a proteção da privacidade e nem o respeito aos direitos humanos, assim como não asseguram prevenções quanto a possíveis erros do Judiciário. Enquanto isso, regulações estão sendo desenvolvidas que poderiam tratar de algumas destas questões – e mais do que nunca é importante que a sociedade civil esteja de fato engajada neste debate. Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: poliTICs.

O Novo Sistema Brasileiro de Identificação – traços exclusivos de uma transformação geral

Danilo Doneda e Marta Kanashiro mostram neste texto que o processo de adoção da nova carteira de identidade no Brasil, mais conhecida como RIC (Registro de Identidade Civil), carece de elementos que garantam a proteção dos indivíduos ao unificar diferentes sistemas de identificação da pessoa, vulnerabilizando os cidadãos em nome da 'modernização'. Vale destacar que o aspecto tecnocrático do processo praticamente impossibilita qualquer tentativa de oposição, como se esse sistema de identificação já viesse isento de quaisquer características obscuras ou negativas. Esse fato por si só justifica a importância de uma análise mais minuciosa de um sistema cujas consequências se farão sentir para todos os brasileiros num futuro próximo. O fato de não ter sido implantado um sistema análogo em outros países que, antes do Brasil, já tinham as possibilidades técnicas e econômicas para fazê-lo é nossa principal questão. Iniciativas dessa ordem já foram propostas algumas vezes, e, algumas vezes, devidamente contestadas. Nessas ocasiões, é importantíssimo o entendimento geral de que tais sistemas prejudicariam um certo equilíbrio de poder informacional entre cidadãos e o Estado ou empresas privadas – enfraquecendo os cidadãos, ao levá-los a abrir mão de meios para o controle de suas vidas e atividades. Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: RETS | poliTICs.

“ O Debate Constitucional sobre as ações afirmativas ” – a visão do
Ministro Joaquim Barbosa



Ministro Joaquim Barbosa
Presidente do Supremo Tribunal Federal

Joaquim B. Barbosa Gomes - Nos últimos tempos, têm sido propostos, no Congresso Nacional, diversos projetos de lei visando à introdução, no Direito brasileiro, de algumas modalidades de «ação afirmativa». Esses projetos, apresentados por parlamentares das mais diversas tendências ideológicas [2], em geral buscam mitigar a flagrante desigualdade brasileira atacando-a naquilo que para muitos constitui a sua causa primordial, isto é, o nosso segregador sistema educacional, que tradicionalmente, por diversos mecanismos, sempre reservou aos negros e pobres em geral uma educação de inferior qualidade, dedicando o essencial dos recursos materiais, humanos e financeiros voltados à Educação de todos os brasileiros, a um pequeno contingente da população que detém a hegemonia política, econômica e social no País, isto é, a elite branca. Assim, neste desprezioso ensaio tentaremos examinar (ainda que sem a reflexão “de longue haleine” que o tema requer) a possibilidade jurídica de introdução, no nosso sistema jurídico, de mecanismos de integração social largamente adotados nos Estados Unidos sob a denominação de «affirmative action» (ação afirmativa) e na Europa, sob o nome de «discrimination positive» (discriminação positiva) e de “action positive” (“ação positiva”). Leia na íntegra o [ensaio de Joaquim Barbosa](#) [17/6/2005]. Fonte: Combate ao Racismo Ambiental | Neab/Proafro/UERJ.

“ Não somos uma sociedade pós-racista”, diz Kimberlé Crenshaw

Muito do que se imagina sobre as conquistas da luta antirracismo nos Estados Unidos não passa de um mito. A opinião é da norte-americana Kimberlé Crenshaw, professora de direitos civis das universidades de Columbia e da Califórnia em Los Angeles (Ucla). Ao lado do também norte-americano Luke Charles Harris, professor de ciências políticas do Vassar College, e da brasileira Jurema Werneck, presidenta da ONG Criola, a militante participou do Seminário “Ações Afirmativas para a Promoção da Igualdade Racial”, promovido pelo Instituto Ethos em São Paulo. Uma das principais lideranças da teoria crítica do racismo, que examina as questões de poder na estrutura social dos EUA e as causas do racismo, Kimberlé mostra que, apesar de muitos avanços nas questões raciais, é nítido que a sociedade norte-americana não vive a era do pós-racismo. Leia a [matéria na íntegra](#). Fonte: Instituto Ethos.

Políticas Públicas Para o Empreendedorismo Negro: A Nova Fronteira Do Enfrentamento às Desigualdades Sócio-Raciais

Samuel Vida - A história da presença negra em território brasileiro tem sido vivenciada numa dinâmica que combina uma intensa e brutal opressão e exclusão, sofrida pelo povo negro em todos os domínios da vida social, e o desenvolvimento das mais generosas e includentes tentativas de democratização da vida social e política nacional. O processo de exclusão racial tem natureza estruturante, ao longo da formação social, econômica e institucional do Brasil. Também possui uma curiosa natureza supra ideológica e supra partidária, capaz de produzir um sistema político e cultural marcado pela existência de campos ideológicos distintos, que disputam diferentes projetos para o país, ao tempo em que adotam uma concepção comum acerca do papel do negro e do seu lugar na sociedade brasileira. Portanto, no Brasil, o racismo manifesta-se como um fenômeno complexo, polimorfo, dinâmico e que se atualiza, como uma “metamorfose ambulante”. No domínio econômico situa-se um dos mais intrigantes paradoxos das assimétricas relações sócio-raciais do país. Leia o na íntegra o [artigo de Samuel Vida](#).

Carta da APIB às Nações Unidas sobre a situação dos Povos Indígenas do Brasil

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - O objetivo principal deste documento é solicitar que o sistema das Nações Unidas possa intervir junto ao Estado Brasileiro pedindo para acate suas recomendações e tome medidas urgentes visando assegurar o respeito aos direitos dos povos indígenas, de acordo com os tratados internacionais, conforme a Convenção 169 OIT e Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que estabelecem o direito dos povos indígenas ao consentimento livre, prévio e informado, frequentemente os nossos direitos são violados pelo Governo do Brasil, apesar das recomendações apresentadas pelo Relator Especial das Nações Unidas para questões indígenas sobre a situação dos direitos humanos e liberdades fundamentais dos povos indígenas e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH/OEA). Leia a [carta na íntegra](#). Fonte: Apib.

Seppir quer mapear comunidades quilombolas e acelerar processo de regularização fundiária nos estados

Segundo a ministra da Seppir, Luiza Bairos, "O Incra só tem jurisdição sobre terras da União e existem muitas comunidades quilombolas localizadas em terras devolutas dos estados. Para apressar esse processo queremos que os institutos de terra localizem imediatamente essas comunidades para que possamos fazer a regularização pela via do governo estadual", disse hoje (27), durante entrevista ao programa Bom Dia, Ministro, produzido pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência em parceria com a EBC Serviços. A ministra acrescentou que, como em geral, os institutos estaduais "carecem de recursos humanos e materiais", o governo pretende repassar verbas aos estados, após definidas as dificuldades locais, "para que isso seja feito o mais rápido possível". Ela defendeu que a atuação coordenada entre estados e Incra vai ajudar a desburocratizar a regularização das terras. Leia a [matéria completa](#). Fonte: Agência Brasil.

Os entraves para a titulação das Terras Quilombolas

Publicada em outubro de 2008, a Instrução Normativa Incra nº 49/2008 introduziu diversas mudanças nos procedimentos para a regularização das terras quilombolas. A consulta aos quilombolas sobre tal norma promovida pelo governo federal em atendimento ao direito à consulta prévia estabelecido na Convenção 169 da OIT foi duramente questionado pelos participantes. Confira a análise da CPISP sobre a "consulta aos quilombolas". Tais alterações promovidas pela IN 49/2008 comprometeram seriamente as possibilidades de concretização das titulações. Ao contrário do que alegou o governo, a norma não trouxe aperfeiçoamento ou avanço na garantia de direitos aos quilombolas. Pelo contrário, tornou o processo de titulação de suas terras mais burocratizado, menos eficiente e mais oneroso e, conseqüentemente, mais difícil de ser concluído. Só para a etapa de contestação administrativa a nova norma concede um prazo de até nove meses! Leia a [matéria completa](#) sobre os principais entraves diagnosticados pela Comissão Pró-Índio de São Paulo nas normas em vigência. Luciene Lacerda | Fonte: CPISP.

Terra Quilombola Balanço 2012

Em meio às comemorações por conta do feriado da consciência negra, são poucos os avanços na garantia dos direitos das comunidades remanescentes de quilombos, principalmente, relacionados à garantia do território. Essa é uma das conclusões da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP) que divulga um balanço do ano de 2012. Os dados demonstram que este ano não foi diferente de 2011: apenas uma terra quilombola foi titulada pelo governo de Dilma Rousseff, até outubro. A comunidade que recebeu o título foi o Quilombo Chácara de Buriti (MS), composta por 19 famílias. Já os governos estaduais titularam nenhuma terra quilombola em 2012. Atualmente, somente 193 quilombolas contam com suas terras tituladas, o que representa 6% das 3.000 comunidades que se estima existirem no Brasil. Mais de mil processos estão abertos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) aguardando a titulação. Em 2012, manteve-se o ritmo lento na condução dos mais de mil processos abertos no Incra. Até outubro de 2012 foram publicadas 4 Portarias de Reconhecimento pelo Presidente do Incra e 7 relatórios técnicos de identificação e delimitação (RTID). Os números estão bem abaixo do que os do ano anterior. Leia a [matéria completa](#). Confira no site da [Comissão Pró-Índio](#), as Terras Quilombolas Tituladas por Estado. Fonte: Bianca Pyl, Comissão Pró-Índio de São Paulo | Brasil de Fato.

Mapa da Violência 2012 mostra "pandemia" de mortes de jovens negros

Assassinato entre os jovens negros no país são, proporcionalmente, duas vezes e meia maior do que entre os jovens brancos. Em 2010, o índice de mortes violentas de jovens negros foi de 72, para cada 100 mil habitantes; enquanto entre os jovens brancos foi de 28,3 por 100 mil habitantes. A evolução do índice em oito anos também foi desfavorável para o jovem negro. Na comparação com os números de 2002, a taxa de homicídio de jovens brancos caiu (era 40,6 por 100 mil habitantes). Já entre os jovens negros o índice subiu (era 69,6 por 100 mil habitantes). Metade das vítimas de homicídios no Brasil tem entre 15 e 29 anos e sete de cada dez jovens assassinados são negros, sendo mais de 90% do sexo masculino. Os dados fazem parte do "Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil", divulgado nesta quinta-feira (29) em Brasília. Leia a [matéria completa](#). Elenice Semini | Fonte: Thais Leitão, Agência Brasil.

Paulo Rogério Nunes: " Nos EUA, a mídia étnica cresce mais que a tradicional"

No início de 2011, o baiano Paulo Rogério Nunes recebeu a notícia de que havia sido selecionado para uma bolsa de estudos do Programa Fulbright Hubert H. Humphrey destinado ao aperfeiçoamento, nos Estados Unidos, de profissionais em meio de carreira. Foi como um coroamento. Até os 20 anos de idade, Paulo sequer cogitava cursar uma universidade. Sob os auspícios da bolsa, ele pôde conhecer alguns dos maiores veículos de mídia dos Estados Unidos e viver experiências marcantes naquele país. Em entrevista ao Observatório da Imprensa, Paulo Rogério fala de sua experiência americana – ele retornou ao Brasil em agosto deste ano, depois de um ano e três meses – e do aprendizado proporcionado por um intercâmbio, o mais prestigioso programa de bolsas do governo dos EUA, do qual já se beneficiaram chefes de Estado do mundo todo, além de personalidades brasileiras, como o escritor Moacyr Scliar, o atual presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, e sua ex-colega Ellen Gracie Northfleet. Leia a [matéria na íntegra](#). Fonte: Observatório da Imprensa.

Declaração para Proteger a Liberdade Global na Internet

No dia 3 de dezembro [de 2012] os governos do mundo se reunirão para renovar um acordo chave de uma agência da ONU denominada União Internacional das Telecomunicações (ITU, na sigla em inglês). Alguns governos propõem ampliar a autoridade da ITU para abranger a governança da Internet de maneiras que poderiam colocar em risco a liberdade e inovação na Internet, aumentar os custos de acesso e desgastar os direitos humanos on-line. Apelamos às organizações da sociedade civil e aos cidadãos de todas as nações para que assinem a Declaração para Proteger a Liberdade Global na Internet. Leia a [Declaração na íntegra](#) e assinem. Fonte: Global Voices.

Documento – "Aspectos éticos do atendimento ao aborto legal: perguntas e respostas"

Questões que dizem respeito ao direito ao aborto na legislação brasileira, consentimento, aspectos éticos do acolhimento, cuidados, particularidades vivenciadas pela mulher, dificuldades em relação à realização do aborto e crenças religiosas ou filosóficas. Dessas dúvidas e conflitos emergiram as categorias que guiam os eixos temáticos do documento "Aspectos éticos do atendimento ao aborto legal: perguntas e respostas", produzido pela Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, que visa auxiliar no enfrentamento de questões éticas pelas equipes de atendimento dos serviços de aborto previsto em lei e melhorar o acesso das mulheres que buscam esses serviços. Com a supervisão da socióloga Miryam Mastrella, o estudo foi coordenado pela antropóloga e professora da Universidade de Brasília (UnB) Débora Diniz. A pesquisa e a publicação do documento eletrônico foram financiadas pelo ELAS – Fundo de Investimento Social. Leia a [matéria completa](#) e faça download do documento. Fonte: Clam

Desacreditada pelos movimentos, ONU realiza mais uma Conferência do Clima

Para ambientalista Aron Belinky, é preciso criar plataformas de participação democrática da sociedade civil. Na última segunda (26), teve início a 18ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas – COP18. O encontro acontece até o dia 7 de dezembro e reúne representantes de 191 países em Doha, no Qatar. Novamente a questão das mudanças climáticas está em pauta, resta saber se as nações deixarão o evento com metas e compromissos efetivos. Neste ano, expira o Protocolo de Kyoto, assinado em 1997, sem nunca ter sido ratificado pelos Estados Unidos, Rússia, Austrália e abandonado por Canadá e Japão. Apesar disso, a COP18 pretende prorrogar o protocolo, estabelecendo um novo acordo global com metas de redução de gases

de efeito estufa. A discussão traz mais uma vez à tona o conflito entre os países ricos e emergentes e o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Leia a [matéria completa](#). Fonte: Revista Fórum.

Acesso das organizações de defesa de direitos e bens comuns aos Fundos Públicos Federais

Para retratar o atual contexto de institucionalização das relações entre o governo federal e as organizações da sociedade civil, a Abong realizou uma pesquisa sobre as relações entre o governo federal e as organizações da sociedade civil do campo da defesa de direitos e bens comuns no tocante ao acesso aos fundos públicos federais. A análise aborda a nova estrutura do Plano Plurianual referente ao período 2012/2015 e a Lei Orçamentaria Anual para 2012, reafirmando tais instrumentos como bases para o estabelecimento de parcerias de fato referenciadas em princípios democráticos e republicanos. Leia a [matéria completa](#) e acesse o estudo na íntegra. Fonte: Revista do Terceiro Setor.

Como obter acesso a artigos científicos sem pertencer a uma instituição acadêmica

Moreno Barros - Sempre que alguém não vinculado a instituições associadas ao consórcio do Portal de Periódicos da Capes tenta acessar um artigo de periódico online, o acesso ao resumo do texto é geralmente livre. Sem esse vínculo, a leitura de um único artigo na íntegra publicado por um dos periódicos da Elsevier custa 31,50 dólares (aproximadamente 65 reais). A Springer cobra 34,95 dólares (aproximadamente 72 reais) e Wiley-Blackwell, 42 dólares (aproximadamente 87 reais). Então as grandes questões são: como obter acesso aos artigos científicos na íntegra, sem ter que pagar questionáveis 60,70,80 reais por algumas páginas, sem pertencer a uma instituição acadêmica (desvinculada do Portal Capes)? Como ter acesso aos artigos originais na íntegra de maneira legal, sem infringir os direitos das editoras e autores? Partindo da minha experiência diária lidando com esse tipo de demanda, quero deixar 10 dicas a vocês, pesquisadores desse meu Brasil varonil. Leia a [matéria na íntegra](#). Jesiel Oliveira | Fonte: Bibliotecários Sem Fronteiras.

Instituto C&A: Redes e Alianças – Projeto de Rede

O Instituto C&A recebe inscrições para o edital do programa Redes e Alianças, que selecionará projetos de atuação social em rede engajados em garantir o direito à educação de crianças e adolescentes. O período de inscrições vai de 5 de novembro a 20 de dezembro de 2012. O edital de seleção prevê o apoio técnico e financeiro a projetos de atuação social elaborados por redes, coletivos de instituições, movimentos, grupos de trabalho, fóruns e coalizões, que se proponham a ser geridos e desenvolvidos coletivamente por instituições sociais articuladas entre si. A esta composição denominamos “projetos de rede”. O Instituto C&A criou o portal de editais, no qual a instituição terá a oportunidade de inscrever o seu projeto. Mas, para isso, deverá inicialmente realizar o seu cadastro por meio do menu “cadastro”, aí escolhendo um nome de usuário e senha para iniciar o processo de inscrição do projeto. O usuário e senha permitirão também que você acesse suas informações até o dia 20/12/2012, para conferir ou alterar, se necessário, o seu cadastro e o seu projeto. O acesso para isso se dará no link “inscreva-se”. Mais informações: e-mailinstituto.res@cea.com.br. Eliel Freitas | Fonte: <http://www.institutocea.org.br/>.

EXPEDIENTE

INSTITUTO BÚZIOS INFORME
Boletim Eletrônico Nacional
Periodicidade: Mensal

EDITOR

Valdisio Fernandes

EQUIPE

Aderaldo Gil, Allan Oliveira, Atilias Lopes, Camila Valadao, Ciro Fernandes, Débora Anjos, Enoque Matos, Eva Bahia, Evani Lima da Silva, Guilherme Silva, Juciene Santos, Kenia Silva, Larissa Almeida dos Santos, Lidianny Fonteles, Luciene Lacerda, Luiz Felipe de Carvalho, Marcele do Valle, Marcos Mendes, Mariana Reis, Ronaldo Oliveira, Silvanei Oliveira, Tereza Cristina Santos, Tom França, Viviane de Jesus.

COLABORADORES: Albérico Manoel, Arlene Malta, Elenice Semini, Egidio Levi, Gil Nunes, Isa Araújo, Laudiceia Gomes, Milena Brasil, Tiago Paixão, Washington Dias.

Para retirar o seu nome da lista de distribuição do INSTITUTO BÚZIOS, envie uma mensagem para buzios@institutobuzios.org.br escrevendo na linha de assunto "Remover do cadastro".